



Pedro Javier Cruz Sánchez
Beatriz Sánchez Valdelvira
Jorge Torres
Olinda Santana
(Coords.)

Los paisajes sagrados a escena Visiones plurales



Junta de Castilla y León
Museo Etnográfico de Castilla y León

Pedro Javier Cruz Sánchez

Beatriz Sánchez Valdelvira

Jorge Torres

Olinda Santana

(Coords.)

Los paisajes sagrados a escena
Visiones plurales

Junta de Castilla y León

Museo Etnográfico de Castilla y León

2021

Título: *Los Paisajes Sagrados a escena. Visiones plurales*

Colabora: Laboratorio de los Paisajes Sagrados de Castilla y León. Museo Etnográfico de Castilla y León. Junta de Castilla y León. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro y Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

Coordinadores

Pedro Javier Cruz Sánchez (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Beatriz Sánchez Valdelvira (Laboratorio de los Paisajes Sagrados de Castilla y León)
Jorge Torres (Museu do Sabugal)
Olinda Santana (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Comité científico

Dr. Diego Navarro Bonilla. Universidad Carlos III. Getafe. Madrid.
Dr. Juan Pablo Silva Escobar. Universidad Mayor. Santiago de Chile.
Dr. Antonio Cea Gutiérrez. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Madrid.
Dr^a M^a Nieves Rupérez Almajano. Universidad de Salamanca.
Dr^a Elisa Gomes da Torre. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. UTAD. Vila Real.
Dr. José Ignacio Monteagudo Robledo. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História de la Universidad Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Juan Francisco Blanco González. Director del Instituto de las Identidades. Salamanca.

© 2021, de esta edición:

JUNTA DE CASTILLA Y LEÓN
Consejería de Cultura y Turismo
Fundación Siglo para el Turismo y las Artes de Castilla y León
Museo Etnográfico de Castilla y León
Dirección General de Patrimonio Cultural

© Textos e imágenes: los autores.

ISBN - 978-84-09-31089-0

Maquetación: Jorge Torres

Diseño de portada: Beatriz Sánchez Valdelvira

Índice

- 7 *Presentación. Los paisajes sagrados a escena*
Pedro Javier Cruz Sánchez
- 9 *Las “peñas resbaladeras” en la provincia de Zamora: nuevas “Peñas sacras” en la Península ibérica*
Martín Almagro-Gorbea, José Miguel Sánchez Benito
- 23 *El Nacimiento tradicional español como representación de nuestro paisaje sagrado*
Ángel Peña Martín
- 37 *Sacralización y organización de un territorio: orígenes y transformación del culto en cuevas. El caso del Monasterio de la Armedilla, en Cogeces del Monte, Valladolid*
Consuelo Escribano Velasco
- 55 *Ermitas y santuarios en Castilla y León: Inventario, documentación y estudio*
Benito Arnáiz Alonso
- 73 *Los cultos a las aguas y sus santuarios asociados. Oviedo y las fuentes-ninfeo del noroeste*
Beatriz González Montes, Rogelio Estrada García, José Avelino Gutiérrez González
- 85 *Caminos de invierno y caminos de verano en la ruta del Salvador: el paso por el Santuario de Bendueños (Lena, Asturias)*
Xulio Concepción Suárez, David Ordóñez Castañón
- 103 *Arquitectura y religiosidad: la ampliación del Santuario de Bendueños en su apogeo económico y espiritual (s.s. XVII-XVIII)*
David Ordóñez Castañón, Xulio Concepción Suárez
- 121 *«Caminhos», projeto de um roteiro cultural no território raiano do Nordeste Trasmontano*
Maria Emília Pires Nogueiro
- 131 *Hacia una recreación del santuario, de la mano del papa Francisco*
Javier Fresno Campos
- 143 *Senhor da Cruz de Barcelos: as transformações do espaço envolvente a partir do santuário*
Joana Isabel Duarte
- 155 *Anéis mágicos e caminhos de recordação: as Alminhas no concelho do Sabugal*
Jorge Torres

- 169 *El origen precristiano de la Basílica de San Vicente de Ávila*
M. Rafael Sánchez
- 177 *El Monte de el Pardo. Un Santuario de la naturaleza en la ciudad de Madrid*
Marta Muñoz Gutiérrez
- 193 *La destrucción de los espacios sagrados. La violencia contra las imágenes sagradas en la retaguardia republicana de la Comunidad de Madrid durante la guerra civil*
Roberto Fernández Suárez
- 211 *El Santuario Mariano de Ntra. Sra. de los Ángeles de la Hoz (Sebúlcor, Segovia). La dispersión del Patrimonio Artístico preexistente a la Desamortización de 1835*
J. Carlos Santa Engracia Blasco
- 227 *Creencias y conflictos bioculturales en las comunidades indígenas. La influencia de las incursiones cristiano/protestantes*
Elizabeth Céspedes Ochoa, María Dolores Vargas Llovera
- 239 *Estructura de la organización devocional en Huehuetlán el Grande, Puebla, México*
Leticia Villalobos Sampayo Tonatiuh Delgado Rendón
- 249 *Discursos de prácticas de turíperegrinação ao Santuário de Fátima*
Maria Olinda Rodrigues Santana

«Caminhos», projeto de um roteiro cultural no território raiano do Nordeste Trasmontano

Maria Emília Pires Nogueiro*

Introdução

O espaço definido para a implementação do projeto do roteiro cultural é guiado pela escultura a culto e em guarda nas igrejas franciscanas dos concelhos raianos do Nordeste Trasmontano:

- Bragança;
- Mogadouro;
- Vinhais.

Este território, periférico face aos centros mais populosos do país, continua a carecer de estudos relativos a grande parte do seu património histórico. Das diversas categorias de património, a escultura constituía o núcleo menos estudado, pese embora ser quantitativamente o conjunto patrimonial mais significativo. Terminada a investigação deste conjunto patrimonial (tese de doutoramento: Nogueiro, M.E.P., 2015, A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda, Tesis Doctoral, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, Espanha, disponível no Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca - <http://hdl.handle.net/10366/127868>) verificou-se a possibilidade de o divulgar a partir de um roteiro que se pretende que venha a promover o território, o edificado e a escultura. O objetivo principal da proposta de roteiro que o presente artigo regista é fomentar a intervenção cultural como fator de desenvolvimento local e tem como base a investigação para promover a ação sobre o território raiano do Nordeste Trasmontano.

O desenvolvimento do artigo está dividido nos seguintes pontos:

- Objetivos específicos a atingir com a implementação do projeto do roteiro cultural franciscano;
- Metodologias de investigação;
- Enquadramento territorial;
- Enquadramento histórico dos espaços sagrados envolvidos no roteiro:
 - Roteiro em Bragança;
 - Roteiro em Mogadouro;
 - Roteiro em Vinhais;
- Resultados da investigação: a escultura franciscana que fundamenta a originalidade do roteiro;
- Interpretação dos resultados: proposta do roteiro cultural franciscano, destinatários e parceiros.

Objetivos específicos a atingir com a implementação do roteiro

Os objetivos específicos a atingir com a implementação do roteiro foram estruturados de acordo com a versão revista do Código Deontológico de Museus Portugal, ICOM-Portugal (2009: 6-14). Pretende-se aplicar a presente intervenção cultural refletindo os princípios e normas que pautam os museus. Neste sentido o roteiro cultural franciscano aspira a:

* emilianogueiro@ipb.pt,

Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança

- Preservar e interpretar o património histórico local;
- Promover o património histórico local, no território periférico da raia transmontana, em benefício da sociedade e do seu desenvolvimento;
- Favorecer a interação da comunidade local com o património histórico local;
- Fomentar as redes de trabalho entre instituições públicas e privadas para o desenvolvimento local a partir do património histórico e natural;
- Fortalecer o turismo cultural local com base nas investigações científicas produzidas;
- Fomentar a criação de roteiros e percursos temáticos envolvendo o património cultural e natural das áreas periféricas aos centros urbanos, criando condições para a sua fruição, compreensão e promoção.

Metodologias de investigação

A par da elaboração de uma bibliografia ampla de consulta para o tema a tratar e da seleção da informação arquivística no Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo Diocesano de Bragança e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi efetuado o estudo das esculturas no local para a elaboração de um inventário exaustivo. Na definição dos procedimentos relativamente ao inventário tomaram-se por base os textos editados pelas instituições de tutela do património cultural (Nogueiro, 2015: XXIII-XXX)¹. Após a conclusão do inventário foi possível completar a análise formal e iconográfica que permitiu perceber os ritmos de produção, os encomendadores, as influências estilísticas e os modelos e narrativas mais frequentes. Os resultados desta investigação possibilitam o desenho do projeto que o presente artigo regista. A importante quantidade de escultura, o razoável estado de conservação de parte significativa das obras e as singularidades nas narrativas percebidas justificam o estabelecimento de um projeto cultural que as divulgue. A divulgação das esculturas, a partir da sua exposição, destaca o objeto inserido no edificado, e o edificado inserido no território. Para a implementação do roteiro privilegia-se o método da exposição como sistema comunicativo, de modo a desenvolver condições para o conhecimento, a compreensão e a promoção do património histórico. Pôr em cena objetos constitui uma linguagem visual, entendida e utilizada por todas na vida quotidiana (Fernandéz, 2002: 83).

Enquadramento territorial

Este território de fronteira é caracterizado pelo relevo montanhoso, solo rochoso, acidentado e escavado pela erosão. Atualmente está protegido pela área do Parque Natural de Montesinho que ocupa parte significativa do território a Norte de Bragança e Vinhais, e pelo Parque Natural do Douro Internacional que se estende a Este e Sudeste de Mogadouro. A proximidade com o espaço natural protegido envolve o roteiro franciscano que se desenvolve a partir do interior dos espaços sagrados. A paisagem protegida promove a diversidade de escalas de património fruído e aprofunda o deleite perante o território que o roteiro aspira destacar. O projeto do roteiro franciscano pretende revelar o território natural, agrícola e florestal que define a raia transmontana, os núcleos urbanos, o património edificado e os detalhes da escultura.

O património histórico no território definido é marcado pela forte presença de património religioso edificado. Das várias congregações religiosas que se instalaram no Nordeste Transmontano, foi a Ordem de São Francisco a responsável pela construção de maior número de conventos e de igrejas de maiores dimensões. Nestes contextos é, inquestionavelmente, a categoria da escultura a que mais se observa.

Esta realidade possibilita a criação de narrativas que interligam três núcleos urbanos distintos, partindo das coleções de escultura que estão expostas nas igrejas edificadas pela Ordem de São Francisco. Por se tratar de uma ordem mendicante, os franciscanos instalavam-se preferencialmente

nos espaços urbanos onde mais fácil e intensamente poderiam difundir a sua mensagem e garantir o indispensável à própria subsistência. Os núcleos urbanos do Nordeste Transmontano que mantiveram os edifícios franciscanos após o decreto de extinção das Ordens Religiosas do governo liberal, em 1834, foram Bragança, Mogadouro e Vinhais. A relação que o roteiro estabelece entre os três núcleos urbanos distintos permite reforçar os mecanismos propícios à criação de “territórios-rede”, seguindo as estratégias definidas por Covas, A. e Covas, M. (2013: 43-66), centradas na ação coletiva e na cooperação entre os territórios para minimizar assimetrias, consolidar a sustentabilidade e a coesão, integrando os territórios de reclusão.

Enquadramento histórico dos espaços sagrados envolvidos no roteiro

A Ordem de São Francisco chegou a Portugal pouco tempo após a sua fundação, em Itália, em 1209. No território em estudo, os Frades Menores chegaram a Bragança onde se fundou a primeira casa ainda durante o século XIII (Esperança, 1656: 50; Borges, 1721-24: 142; Alves, 1910-1977b: 243; Afonso, 1995: 333; Rodrigues, 1997: 416; Teixeira, 1997: 679). As Clarissas fundaram casa, também em Bragança, na segunda metade do século XVI (Borges, 1721-1724: 151-155; Castro, 1946: 195-212; Alves, 1910-1947b: 243; Rodrigues, 1997: 332, 333; Lalande, 2000: 356). Durante o conflituoso século XVII foi fundado o convento da Ordem Terceira Regular na vila de Mogadouro (Alves, 1910-1947^a: 382; Mourinho, 1995: 255-256). Na segunda metade do século XVIII, foi fundado o Seminário Apostólico, em Vinhais e pouco depois a Terceira Ordem Secular franciscana fabricaria o seu próprio templo contíguo ao seminário de Vinhais (Martins, 1929: 8; Castro, 1947: 317-347; Montes, 2000: 274-277; Rema, 1995: 322; Rodrigues, 2012: 164-193). Existiram outros conventos franciscanos no território da diocese, porém não resistiram até à contemporaneidade. As igrejas dos conventos franciscanos que se incluem no roteiro foram fundadas sob a proteção da nobreza local e rapidamente acrescentadas com o reforço do apoio real. Neste contexto, não podemos deixar de referir a persistência das mesmas famílias no âmbito da edilidade do poder local. A família Morais que no século XIII doou o terreno onde se fundou o convento franciscano de Bragança (Castro, 1947: 307; Rodrigues, 1997: 416; Teixeira, 1997: 676-678) entroncou mais tarde na família Morais Sarmiento que, no século XVIII, foi responsável pela fundação do Seminário Apostólico e, posteriormente, da Ordem Terceira em Vinhais (Castro, 1947: 349, 350; Montes, 2000: 276; Rodrigues, 2012: 175-177). A fundação do convento de Mogadouro relaciona-se com a poderosa família Távora (Alves, 1910-1947a: 382; Mourinho, 1995: 255).

A Ordem Franciscana assume, no Nordeste Transmontano, um forte vínculo com o poder local, constituindo, inquestionavelmente, a partir da evangelização dos princípios que preconizava, uma ferramenta de controlo social. As esculturas ilustravam a prática doutrinária franciscana, e simultaneamente consubstanciam as expressões dos medos, dos temores e desejos invocados pelos restantes encomendadores. Neste amplo grupo, identificamos as confrarias e as irmandades que na sociedade do Antigo Regime constituíam uma força social que, por vezes, escapava às orientações das classes dominantes.

Roteiro em Bragança

Adotámos uma ordem cronológica para estruturar o roteiro que se inicia em Bragança, onde se estabeleceu o primeiro convento ainda em época medieval. A lenda conta que foi São Francisco de Assis quem fundou o Convento de São Francisco de Bragança (Esperança, 1656: 49, 50). A lenda intensifica a aura mítica do templo, que já existia em 1271, pois refere-o o testamento de D. Afonso III (Borges, 1721-1724: 142; Alves, 1910-1947b: 243; Afonso, 1995: 333; Rodrigues, 1997: 416; Teixeira, 1997: 679). No interior da igreja, sacristia e sala do Despacho da Ordem Terceira foi inventariado um conjunto significativo de esculturas, além de vários fragmentos. O núcleo escultórico da igreja de São Francisco em Bragança constitui o mais numeroso e também o mais amplo no âmbito cronológico (Nogueiro, 2015: 69, 70). Aquando da extinção das ordens religiosas em 1834, o convento passa para o erário público. Em 1857 o convento albergou o hospital militar

e no século XX foi transformado em Asilo-Escola de São Francisco, destinado a crianças órfãs do sexo feminino. Na última década do século XX foi feita uma intervenção no edifício para o adaptar às funções de Arquivo Distrital de Bragança, função que ainda se mantém em toda a área conventual (Alves Batista, 2002, pp. 83-87). A igreja permanece a culto, apesar de raras vezes celebrado, e pertence atualmente à Venerável Ordem Terceira.

O roteiro prossegue no centro histórico de Bragança para o único espaço exclusivamente feminino do percurso que pertencia às Clarissas da 2ª ordem franciscana. Em 1598, depois de várias vicissitudes, a comunidade de religiosas ocupou o convento (Borges, 1721-1724: 151-155; Alves, 1910-1947b: 243; Castro, 1946: 195-212; Rodrigues, 1997: 332, 333; Lalanda, 2000: 356).

De todos os templos que o roteiro percorre, a igreja do extinto Convento das Clarissas, atualmente designada por Igreja de Nossa Senhora das Graças, constitui um espaço idóneo para compreender as alterações decorrentes do processo de desamortização e o conseqüente uso paroquial da igreja outrora conventual. Das esculturas que se encontram a culto no interior do templo apenas 4 são anteriores à extinção das ordens religiosas. A maioria das esculturas é obra do século XX, possivelmente substituindo outras, hoje desaparecidas (Nogueiro, 2015: 211). Após a extinção das ordens religiosas o Convento foi demolido e o espaço foi utilizado pela Santa Casa da Misericórdia para aí instalar um jardim infantil (Jacob, 1997: 98-99).

Roteiro em Mogadouro

Depois de Bragança, o roteiro segue para sul do distrito aproximando-se do Planalto Mirandês, cruza o rio Sabor e chega a Mogadouro.

No início do século XVII, em 1609, em plena época de domínio filipino e sob proteção da família dos Távora, instalaram-se em Mogadouro os frades da Terceira Ordem Regular de São Francisco (Alves, 1910-1947^a: 382; Mourinho, 1995: 255-256). Durante a dinastia dos Filipes a deslocação da corte para Madrid, em consequência da perda da independência de Portugal, provocou a ruralização da nobreza nacional (Ferreira, 2008: 23-25). Com a continuada presença dos nobres nos seus territórios da província e a intervenção dos Távora pode relacionar-se a fundação do Convento Franciscano em Mogadouro. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o inventário do Convento de São Francisco em Mogadouro, produzido em 1834, após extinção das Ordens Religiosas, refere grande parte da escultura que ainda hoje podemos observar no interior do templo. Com algumas exceções, a maioria das imagens escultóricas ainda se encontra ao culto. No entanto, houve várias alterações dos locais originais das esculturas dentro da igreja e, sobretudo, houve uma rutura na memória relativa à identidade de muitas das figuras representadas, que apenas a consulta da documentação de 1834 nos permitiu identificar (Nogueiro, 2015: 271).

Em 1885 o convento sofreu um grave incêndio que devastou grande parte do edifício e, em 1927 um outro do qual foi recuperado no último quartel do século XX, período em que o interior do convento foi intervencionado para receber repartições públicas. Atualmente a Câmara Municipal de Mogadouro, um pequeno núcleo museológico e uma repartição das Finanças ocupam o espaço conventual. A igreja mantém as funções do culto religioso (Mourinho, 1995: 256).

Roteiro em Vinhais

O espaço urbano que mais tardiamente foi ocupado pela Ordem de São Francisco foi Vinhais. Obtida a licença régia de D. João V em 1740, os Missionários Franciscanos fundaram em 1752, o Seminário de Nossa Senhora da Encarnação em Vinhais (Martins, 1929: 8; Castro, 1947: 317-347; Rema, 1995: 322; Montes, 2000: 274-277; Rodrigues, 2012: 164). As missões insistiram prioritariamente na conversão, penitência e reforma dos comportamentos. O sermão, o ensino do catecismo, o desfile de procissões penitenciais, a realização de confissões, a difusão de devoções, diluição de discórdias e inimizades, a assistência aos presos nas cadeias e aos pobres e doentes nos hospitais constituíam

as principais atividades dos missionários. A comunicação a partir de meados do século XVII incluía a teatralização do sermão (Paiva, 2000, pp. 239-250). Os missionários apostólicos permaneceram em Vinhais até 1834. Nesses escassos 80 anos consolidaram um importante conjunto arquitetónico, reuniram um número considerável de objetos artísticos de uso cerimonial e uma destacável biblioteca. Contribuíram também para a fundação da Venerável Ordem Terceira que mantém o legado franciscano no território. O conjunto edificado do Seminário Franciscano de Missionários Apostólicos de Vinhais inclui a Igreja da Encarnação, de uma só nave, com a capela lateral de Nossa Senhora das Dores e a sacristia, a área conventual e o claustro. Dentro do perímetro da cerca do seminário existem duas capelas de uma via-sacra que guardam conjuntos escultóricos em terracota, que pese embora o mau estado de conservação constituem singulares exemplos devocionais (Nogueiro, 2015: 649-666). Após 1834, a igreja e o convento sofreram várias alterações, de modo a comportar as diversas funções que foram sendo atribuídas ao espaço. Inicialmente serviu de alojamento e mais tarde como quartel de destacamento militar. Finalmente, como seminário diocesano. A igreja mantém-se ao culto, mas o espaço conventual está parcialmente vazio. Em 2009, foi inaugurado o Museu de Arte Sacra da Ordem III de São Francisco instalado numa pequena parte do espaço conventual. O interior do templo e a disposição das esculturas foram bastante alterados após o registo de inventário de 1834 guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No entanto, apesar das transformações, e perdas verificadas, é assinalável a quantidade de esculturas que se mantém a culto e em guarda na Igreja do Seminário Apostólico de Vinhais (Martins, 1929: 16; Nogueiro, 2015: 374). Contígua à igreja e convento dos Missionários Apostólicos de Vinhais, foi construída a Igreja de São Francisco da Venerável Ordem Terceira da Penitência, terminada em 1780. Constituída por leigos, foi a única irmandade da Ordem Terceira que, na Diocese de Bragança-Miranda, logrou construir o seu próprio templo. As restantes irmandades apenas detinham uma capela ou altar nos templos dos frades da Primeira Ordem, como ocorreu em Bragança e Torre de Moncorvo (Ribeiro, 1952: 280). Rodrigues (2012: 163-193) relaciona Domingos Álvares e Mateus Fernandes, mestres pedreiros minhotos, com a construção do edifício, dada a cuidada continuidade espacial entre a Igreja da Ordem Terceira e o edificado conventual pré-existente.

Destaca-se, do conjunto interior, a uniformidade conceptual do programa narrativo que os elementos decorativos ilustram. As narrativas relativas à Ordem Franciscana desenvolvem-se na escultura e na pintura que apenas retratam figuras que se relacionam com a Ordem de São Francisco. A Igreja dos Terceiros de Vinhais evidencia um ímpeto construtivo e decorativo que consubstancia um programa total. As estruturas retabulares, os púlpitos e a pintura dos tetos e paredes conjugam-se numa narrativa de encenação do espaço ausente nos restantes templos do roteiro (Nogueiro, 2015: 522-523).

Resultados da investigação: a escultura franciscana que fundamenta a originalidade do roteiro

Num território periférico, pouco povoado e com uma economia frágil, a Ordem Franciscana criou relevantes centros irradiadores de cultura e doutrina cristã que modelaram os comportamentos sociais. As esculturas desempenhavam um importante papel, dentro do conjunto edificado que as expunha, e mesmo no espaço público durante as cerimónias religiosas e nas missões evangélicas. Enquanto representações da expressão doutrinária, a iconografia das esculturas ilustrava tridimensionalmente os valores e o ideário a difundir. Entre as diversas categorias artísticas, a escultura constitui claramente a mais valorizada quantitativamente, face à pintura e até à talha retabular que cobre a maioria dos altares no interior dos templos. Nos cinco templos em estudo foram inventariadas 109 esculturas de vulto completo, na sua esmagadora maioria, do século XVIII. No entanto, encontramos alguns exemplares que podemos datar ainda dos finais do século XV, bem como, também em número reduzido, do século XVI, e uma crescente produção passível de ser enquadrada com o século XVII. A produção oficial relaciona-se com as oficinas do Porto e de Braga que localmente eram os principais centros divulgadores das tendências estilísticas, filtradas a partir de Alcobaça, Mafra ou Lisboa. Da produção local destaca-se, em Vinhais, a Oficina de Frei Domingos reforçando a ideia de autossuficiência das casas religiosas (Nogueiro, 2015: 648- 664).

Apenas excepcionalmente se percebem proximidades formais relativamente aos modelos italianos, espanhóis ou dos Países Baixos, mas são evidentes as influências devocionais que chegaram de Espanha e até do Brasil. (Nogueiro, 2015: 855- 858).

É como espaço comum de carácter simbólico que o roteiro vai tecendo a sua narrativa que se intensifica com a exploração iconográfica das esculturas.

A imagem além de uma figuração do real produz uma realidade sensível, um imaginário, operante na criação de outras realidades. No contexto do período moderno, em que maioritariamente foram produzidas as esculturas, as imagens assumem-se como fenómenos pedagógicos e também de conversão. Relativamente às esculturas do roteiro assumimos a hermenêutica da interpretação dos objetos como expressão de um coletivo. A expressão, catequética, traduz a Palavra, das Sagradas Escrituras, dos apócrifos, da Lenda Dourada ou *Flos Sanctorum* e das vidas e virtudes dos santos. A par das emanações eclesiásticas gerais e as particulares da ordem de São Francisco, também a devoção popular foi definindo os atributos, os gestos e invocações taumatúrgicas que envolvem as esculturas. Muitas das identificações das figuras representadas nas esculturas estavam já esquecidas, os quase duzentos anos que nos separam da extinção das ordens religiosas criaram uma rotura na memória dos coletivos que as esculturas refletem (Nogueiro, 2015: 709 - 710).

O culto cristológico e o mariano, o franciscano e antonino definem o principal fluxo devocional refletindo as normas eclesiásticas, mas também as crenças populares. A ampliação dos cultos, sobretudo ao longo do século XVIII, é observável em todos os espaços sagrados, bem como a contemporânea homogeneidade dos modelos representados e das oficinas de produção em série. A aproximação às imagens esculpidas dos templos franciscanos da raia trasmontana permite o confronto com a linguagem simbólica enquanto figuração do real, viva e expressiva. A imagem, corporalizada nas esculturas, consola e informa, fixa as memórias, os temores e os desejos. Através da sua materialidade e continuada preservação, as esculturas comunicam-nos o esforço e a comunhão coletiva que ecoam até nós (Nogueiro, 2015: 862- 869).

Interpretação dos resultados: proposta do roteiro cultural franciscano, destinatários e parceiros

O estudo do património histórico, neste caso das esculturas da Ordem de São Francisco na raia trasmontana, constitui a base do roteiro. O território-rede assumido é entendido como território-museu pela singular conservação do património móvel e imóvel mesmo após a medida de extinção das ordens religiosas de 1834 e das suas réplicas, e sobretudo porque urge colocá-lo ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

Adotando os princípios contemporâneos de um museu, a aplicação prática da investigação propiciadora à comunicação e exposição com fins de educação, estudo e deleite, envolve a mobilização de diversos agentes locais.

Covas, A. e Covas, M. (2013: 45) referem que Portugal regista “um sistema de poder, constituído, no topo, por um território-zona, verticalizado pela política partidária e extensivo ao sistema de governo e, na base, por um território-rede clientelar e burocrático, subordinado e hegemonizado pelo território-zona da política partidária e governativa”.

Este cenário destaca as mais profundas fraquezas que o território-rede onde se pretende intervir apresenta. A subordinação hegemónica à política partidária e governativa bloqueia o desejável trabalho em rede que um projeto de intervenção local para o seu desenvolvimento requer. Simultaneamente a carência de recursos humanos e económicos bloqueia a ação das instituições tutelares do património.

Neste sentido e seguindo a lógica da construção social de um território-rede já ensaiada por Covas, A. e Covas, M., consideramos que deve ser uma associação local de intervenção cultural a constituir-se como “actor-rede” deste “projeto comum transdisciplinar, fora do alcance da política

convencional, e construído a partir de uma visão multiterritorial, baseado numa ação coletiva inovadora e assente numa rede de cooperação multiterritorial” (Covas, A. e Covas, M., 2013: 45-46). Neste sentido destacamos a associação cultural - Tempo Líquido (projeto HISTÓRIA E ARTE). A intervir culturalmente no território desde 2007, a associação reúne, entre os sócios e parceiros, um conjunto de conhecimentos que viabilizam a aplicação prática do roteiro. Para a construção social do território-rede baseámo-nos nos princípios sistematizados por Carmo, (1999: 86) que configuram as estratégias de desenvolvimento comunitário. Começámos com o “princípio das necessidades sentidas” que resulta da experiência do projeto HISTÓRIA E ARTE da Associação Tempo Líquido na organização de roteiros orientados no território e da constatação da necessidade de aprofundar, temática e geograficamente, os roteiros, não só para dar resposta a uma demanda crescente de turismo cultural, mas também para possibilitar o prolongamento das estadias turísticas no território-rede. Ainda relativamente ao “princípio das necessidades sentidas”, tivemos consciência de um problema que afeta um número significativo de pessoas que tem sido sistematicamente excluído das instituições de ensino e educação. Deste contexto, destacamos quem trabalha de perto com a património histórico e religioso, das zeladoras aos guias locais e guardas do património. Julgamos pertinente a organização de um curso de curta duração que permita uma formação geral, neste caso sobre património e desenvolvimento local vocacionado para o património histórico com noções de conservação preventiva, história de arte e atendimento aos públicos. A formação técnica que se pretende implementar terá por base a ligação ao contexto onde os destinatários intervêm, fomentando a investigação apoiada na prática. Inerente à resolução deste problema está o “princípio da cooperação que refere como imperativo de eficácia a colaboração entre o sector público e privado” (Carmo, 1999: 86). A cooperação é um valor chave do conceito de território-rede, mas consideramos importante sublinhar neste âmbito a relação (ou melhor a falta de relação que se pretende colmatar) entre o público que destacamos e a educação. O esforço na educação e formação da população local permite-nos também fortalecer o “princípio da participação, que afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio desenvolvimento” (Carmo, 1999: 86). Consideramos que este aspeto é imperativo para a autossustentação do território-rede. Uma vez mais nos socorremos da experiência no terreno que nos permite constatar que os projetos implementados a partir do exterior não só se refletem escassamente no desenvolvimento local como, reiteradas vezes, decorrem das necessidades sentidas pelos técnicos e não pela população local.

A criação do roteiro implica além da divulgação impressa também a divulgação virtual e a marcação no território. A apresentação do roteiro será antecedida por um congresso sobre o património histórico enquanto fator de desenvolvimento local. Com destaque para o património histórico do território da raia transmontana de modo a permitir a partilha pública dos estudos e conteúdos sobre a matéria. O território-rede definido pelo roteiro supõe um espaço que “comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite” (ICOM, 2016). Pensamos ainda que é importante destacar o lançamento do projeto com uma exposição de arte religiosa que ocupará a Igreja de São Francisco de Bragança. A Igreja de São Francisco de Bragança, de todos os templos incluídos no roteiro, é o que apresenta maiores fragilidades no acesso ao seu interior, assim como carece de suportes expositivos para parte significativa das esculturas. A organização da exposição permitiria dotar o espaço de equipamentos facilitadores da fruição do património promovendo a visita de públicos que apenas excepcionalmente podem aceder ao interior do templo. A pluralidade de áreas de intervenção suscitadas pelo projeto do roteiro denuncia as fragilidades na coesão económica, social e territorial que pretendemos atenuar.

Considerações finais

Conforme ficou exposto, a Ordem Franciscana constituiu no território da raia transmontana, através das suas várias comunidades, importantes centros irradiadores de doutrina cristã até à sua extinção, em 1834. O forte sentido evangélico da Ordem responsável pela praxis doutrinária junto dos leigos, definiu os comportamentos sociais de um território de fronteira, rural e periférico com

forte presença de comunidades de judeus conversos. A nobreza local, a família real, as irmandades locais e até o clero secular participaram no contínuo engrandecimento das igrejas franciscanas. Das distintas categorias artísticas que se encontram no interior, a escultura constitui claramente a categoria mais valorizada quantitativamente. As esculturas da Ordem Franciscana da raia transmontana consubstanciam um caminho para entender as aproximações à linguagem artística nacional e as particularidades do património histórico do território de fronteira. Consideramos, tal como Masachs, que o património histórico e artístico pode ser entendido como espaço comum de carácter simbólico, quer a nível cognitivo quer emocional, assumindo-se como lugar idóneo para a comunicação e o desenvolvimento das relações humanas. Neste sentido, cumpre uma função social, na medida em que fomenta a comunicação entre diferentes elementos sociais estimulando a identidade cultural conjunta, gerando experiências comuns, favorecendo a cooperação e comportando-se como agente de socialização, beneficiando a construção de uma identidade coletiva de todos os cidadãos em torno ao conhecimento, à valorização e à implicação ativa com o seu espaço (Masachs, 2003: 103-136).

Propomos esta intervenção cultural no território do Nordeste Transmontano numa abordagem transversal partindo da imaginária esculpida como projeção simbólica do ideal moral, individual e social, preconizado pela igreja católica, o roteiro amplia-se enquanto percurso histórico e artístico, refletindo o diálogo entre as idiosincrasias do território e a história europeia em que este se insere. A identidade coletiva que se pretende fortalecer é necessariamente reflexiva e crítica, o confronto com a arte, a história e o ambiente que o roteiro envolve, gera um espaço idóneo para a comunicação e o desenvolvimento das relações humanas. O método de atuação, centrado na comunicação, privilegia a partilha de informação como instrumento de educação e constitui um instrumento eficaz para o fortalecimento da identidade cultural dos povos, e para o seu conhecimento mútuo, fundamento da integração.

O roteiro tem como base uma investigação circunscrita a um tema. Porém, julgamos que o formato é suficientemente amplo e universal para poder ser aplicado a outras áreas de investigação desenvolvidas, promovendo a ampliação do território-rede definido a partir do património histórico e artístico.

Notas

- 1 (Lei-Quadro dos museus portugueses) Artigo 19º. Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto; Acedido a 21/07/2015. Disponível na página da Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-emonumentos/rede-portuguesa/lei-quadro-dos-museus-portugueses/> Normas de Inventário: Normas Gerais Artes Plásticas e Decorativas. Pinho, Cunha (2000); Normas de Inventário Artes Plásticas e Artes Decorativas – Escultura. Carvalho (2004).

Bibliografia

- AFONSO, B. (1995): Os Franciscanos no Distrito de Bragança, *Boletim do Arquivo Distrital de Vila Real - Revista de Cultura, Estudos Transmontanos e Durienses* n.º 7. 333-351. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.
- ALVES BATISTA, M.I. (2002): O Convento de S. Francisco: Contributos para a sua história. In Arquivo Distrital de Bragança *A construção de uma identidade – Trás-os-Montes e Alto-Douro*. Bragança: Arquivo Distrital de Bragança.
- ALVES, F.M. (1910-1947a): *Bragança Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança Tomo I. (2ª edição, 2000)*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus - Museu Abade de Baçal.
- ALVES, F.M. (1910-1947b): *Bragança Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança Tomo II. (2ª edição, 2000)*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus - Museu Abade de Baçal.
- ALVES, F.M. (1910-1947c): *Bragança Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança Tomo III. (2ª edição, 2000)*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus - Museu Abade de Baçal.
- BORGES, J.C. (1721-1724): *Memórias de Bragança*. Edição de 2012, Sousa, F. (Coord.). Bragança: Câmara Municipal de Bragança, C.E.P.E.S.E.
- CARMO, H. (1999): *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARVALHO, M. (2004): *Normas de Inventário - Artes Plásticas e Artes Decorativas – Escultura*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- CASTRO, J. (1946): *Bragança e Miranda, (Bispado) Tomo I*. Porto: Tipografia Porto Médico, Ldª.
- CASTRO, J. (1947): *Bragança e Miranda, (Bispado) Tomo II*. Porto: Tipografia Porto Médico, Ldª.
- COVAS, A. e COVAS, M. (2013): A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade dos territórios-zona aos territórios-rede construir um território de múltiplas territorialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 3 (junho), p. 43 - 66. Disponível em <http://www.cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/89> acedido a 21-06-2016.
- DESVALLÉES, A., e MAIRESSE, F. (Eds.). (2013): *Conceitos-chave de Museologia*. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. Pp.64-67. Acedido a 28-08-2016, disponível em: http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf.
- ESPERANÇA, M. (1656): *Historia Seráfica Da ordem Dos Frades Menores de S. Francisco Na Província de Portugal, Tomo I*. 49, 50. Lisboa: Officina Craesbeeckiana; Acedido a 20-05-2015, disponível em: <http://purl.pt/20706/4/>
- FERNANDÉZ, L. A. (2002): *Introducción a la nueva museología*. Madrid: Alianza Editorial.
- FERREIRA, S. (2008): *A talha. Esplendores de um passado ainda presente (sécs. XVI-XIX)*. Lisboa: Nova Terra.
- ICOM, International Council of Museums (2016): Definições: Museu. Acedido a 29-08-2016, disponível em http://icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx.
- JACOB, J.M.N. (1997): *Bragança*. Lisboa: Presença.
- Lei-Quadro dos museus portugueses*. Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto; Acedido a 21/07/2015. Disponível na página da Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-emonumentos/rede-portuguesa/lei-quadro-dos-museus-portugueses/>
- LALANDA, M.M.S.N. (2000): Clarissas. In Azevedo, C.M. (Dir.) *Dicionário de história religiosa de Portugal*. 353-355. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MARTINS, F.A. (1929): *Subsídios para a história religiosa do distrito de Bragança: a Ordem III e a casa do Fundador do convento de S. Francisco de Vinhais*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MASACHS, R. C. (2003): Aprender arte en la ciudad, sensibilizar hacia el respeto y la valoración del patrimonio urbano. In Masachs, R. C. (Coord.), *Arte para todos: Miradas para enseñar y aprender el patrimonio*, (p. 103-136). Gijón: Trea.
- MONTES MOREIRA, A. (2000): Franciscanos. In Azevedo C.M. (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 273-280. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MOURINHO, A.R. (1995): *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro – Bragança*. 255. *Sendim*. Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- NOGUEIRO, M.E.P. (2015): *A Escultura da Ordem Franciscana da Diocese de Bragança-Miranda*. Tesis Doctoral, Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, Espanha. Disponível no Repositorio Documental de la Universidad de Salamanca: <http://hdl.handle.net/10366/127868>.

PAIVA, J. P. (2000): As missões internas. In Azevedo C. M. *História Religiosa de Portugal, volume 2*. Lisboa: Círculo de Leitores.

PINHO, E.; CUNHA, I. (2000). *Normas de Inventário - Normas Gerais Artes Plásticas e Decorativas*. Lisboa: I.P.M. (Instituto Português de Museus).

Portugal, I. C. O. M. (2009): *Código Deontológico do ICOM para Museus*. Lisboa: ICOM Portugal. Disponível na página de International Council of Museums ICOM-Portugal: http://icom-portugal.org/documentos_cd,129,131,lista.aspx.

REMA, H. (1995): A Ordem Franciscana em Tras-os-Montes. *Boletim do Arquivo Distrital de Vila Real - Revista de Cultura, Estudos Transmontanos e Durienses nº7*. 299-332. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real.

RIBEIRO, P. B. (1952): *Os terceiros franciscanos portugueses; sete séculos da sua história*. Braga: Tip. Missões Franciscanas.

RODRIGUES, L. A. (1997): *Bragança no século XVIII. Urbanismo. Arquitectura, Volume I*. Bragança: Junta de Freguesia da Sé.

RODRIGUES, L. A. (2012): A ação dos padres de Brancanes em Vinhais. O Seminário da Senhora da Encarnação e constituição da Venerável Ordem Terceira da Penitência. In Ferreira-Alves, N. M. (Coord.) *Os Franciscanos no Mundo Português II. As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*. 163-193. Porto: C.E.P.E.S.E.

TEIXEIRA, V.R.G. (1997): A presença franciscana na região de Bragança-Miranda até ao séc. XV. In Comissão de Arte Sacra de Bragança Miranda (Ed.) *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda, Actas do Congresso histórico 450 anos da fundação*. 671-683. Bragança: Comissão Executiva das Comemorações.